

SEFAZ-GO

SECRETARIA DA ECONOMIA DO ESTADO DE GOIÁS

AUDITOR-FISCAL DA RECEITA ESTADUAL



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

**EDITAL Nº 01/2025 DE
ABERTURA DE INSCRIÇÕES**

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



SEFAZ-GO

Auditor-Fiscal da Receita Estadual

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de texto.....	1
Ortografia oficial	6
Acentuação gráfica.....	15
Pontuação	22
Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem ...	27
Vozes verbais	38
Concordância verbal e nominal	40
Regência verbal e nominal	42
Sintaxe: processos de coordenação e subordinação. Reorganização de orações e períodos.....	45
Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras	53
Ocorrência de crase	54
Equivalência e transformação de estruturas	62
Redação (reconhecimento de frases corretas e incorretas).....	64
Questões	65
Gabarito.....	85

RACIOCÍNIO LÓGICO

Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas. formação de conceitosdiscriminação de elementos.....	1
Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal	23
Raciocínio matemático	30
Raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal	47
Questões	53
Gabarito.....	60

SUMÁRIO

SUMÁRIO

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Juros simples. Montante e juros. Taxa real e taxa efetiva. Taxas equivalentes. Capitais equivalentes. Juros compostos. Montante e juros. Taxa real e taxa efetiva. Taxas equivalentes. Capitais equivalentes. Capitalização contínua. Descontos: simples, composto. Desconto racional e desconto comercial. Fluxo de caixa. Valor atual. Taxa interna de retorno	1
Amortizações. Sistema francês. Sistema de amortização constante. Sistema misto	16
Questões	21
Gabarito.....	26

DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Aplicabilidade das normas constitucionais; Normas de eficácia plena, contida e limitada; Normas programáticas	1
Direitos e garantias fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos	4
Organização político-administrativa do Estado: Estado federal brasileiro, União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios	21
Administração Pública: Disposições gerais, servidores públicos	34
Poder Executivo: Atribuições e responsabilidades do Presidente da República	44
Poder Legislativo: Estrutura; Funcionamento e atribuições; Processo legislativo; Processo legislativo federal: conceito, espécies normativas, modalidades, fases; Processo legislativo estadual, distrital e municipal: normas constitucionais federais aplicáveis; Fiscalização contábil, financeira e orçamentária; Comissões parlamentares de inquérito.....	49
Poder Judiciário: Disposições gerais.....	67
Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, advocacia pública	74
Controle de constitucionalidade: Controle judicial de constitucionalidade: conceito, histórico, sistemas, pressupostos, modalidades, órgãos competentes, sujeitos legitimados, objetos de controle, tipos de inconstitucionalidade, parâmetros de controle, formalidades, procedimentos, julgamentos, decisões, efeitos das decisões, técnicas de decisão, segurança e estabilidade das decisões; Súmula vinculante; Reclamação constitucional; Controle não judicial de constitucionalidade: órgãos, institutos e procedimentos; Controle de constitucionalidade nos estados e no Distrito Federal	81
Ordem econômica e financeira.....	91
Constituição do Estado de Goiás: Da Organização do Estado: Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário; Da Ordem Econômica e Social: Da Política de Desenvolvimento	103
Questões	138
Gabarito.....	146

SUMÁRIO

SUMÁRIO

DIREITO CIVIL

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis; Conflito das leis no tempo; Eficácia das leis no espaço	1
Pessoas naturais: Conceito; Início da pessoa natural; Personalidade; Capacidade; Direitos da personalidade; Domicílio	23
Pessoas jurídicas; Disposições gerais; Associações; Fundações	26
Bens imóveis, móveis e públicos	28
Fato jurídico: Negócio jurídico; Disposições gerais; Invalidade	37
Prescrição: Disposições gerais e Decadência	56
Obrigações: Características; Adimplemento pelo pagamento; Inadimplemento das obrigações – disposições gerais e morais	68
Responsabilidade civil objetiva e subjetiva	95
Contratos: Princípios; Contratos em geral; Disposições gerais; Formas de direito de exploração de propriedades (posse, usufruto, contratos de compra e venda, arrendamento)	97
Comodato	129
Inventários	132
Questões	144
Gabarito	150

DIREITO PENAL

Princípios da legalidade e da anterioridade	1
Lei penal no tempo e no espaço; Aplicação da lei penal	1
Tempo e lugar do crime	6
Crime: conceito, elementos, relação de causalidade, tipo e tipicidade, antijuridicidade, culpabilidade, dolo e culpa, excludentes da culpabilidade e extinção da punibilidade ..	8
Crimes contra a Fé Pública: falsidade de títulos e outros papéis públicos; falsidade documental	27
Crimes contra a Administração Pública: crimes praticados por funcionário público e por particular contra a Administração Pública; crimes contra as finanças públicas	32
Lei Federal nº 8.137/1990 (crimes contra a ordem tributária)	37
Lei Federal nº 13.869/2019 (crimes de abuso de autoridade)	41
Questões	48
Gabarito	55

SUMÁRIO

SUMÁRIO

DIREITO EMPRESARIAL

Fundamentos do direito empresarial: Origem e evolução histórica, autonomia, fontes e características	1
Teoria da empresa; Empresário: Conceito, caracterização, inscrição, capacidade	3
Empresário individual; pequeno empresário	4
Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações (microempresa e empresa de pequeno porte)	9
Registro de empresa: Órgãos de registro de empresas; Processo decisório do registro de empresa; Inatividade da empresa	67
Registro de empresa: Órgãos de registro de empresas; Atos de registro de empresa- Empresário irregular	71
Direito societário: Sociedade empresária: Conceito, terminologia, ato constitutivo	76
Lei nº 6.404/1976 e suas alterações	80
Sociedades simples e empresárias; Personalização da sociedade empresária; Classificação das sociedades empresárias	172
Sociedade irregular; Teoria da desconconsideração da personalidade jurídica; Desconconsideração inversa; Sociedade limitada; Sociedade anônima; Operações societárias: Transformação, incorporação, fusão e cisão; Relações entre sociedades; Coligações de sociedades, grupos societários, consórcios, sociedade subsidiária integral, sociedade de propósito específico; Dissolução, liquidação e extinção das sociedades; Responsabilização objetiva e subjetiva de pessoa jurídica	181
Falência e recuperação judicial e extrajudicial	213
Questões	227
Gabarito	235

AUDITORIA

Planejamento de Auditoria	1
Amostragem em Auditoria	2
Testes de observância	10
Testes substantivos	10
Testes para subavaliação e testes para superavaliação	11
Evidências de auditoria	16
Procedimentos de auditoria	17
Identificação de fraudes na escrita contábil	18
Auditoria no ativo circulante	24
Recomposição contábil do fluxo de caixa da empresa	29
Auditoria nas contas de resultado	34

SUMÁRIO

SUMÁRIO

Irregularidades frequentemente apuradas. Ocultação de ativos, origem fictícia de bens e alienações simuladas. Existência de saldo credor na conta caixa por falta de emissão de documentos fiscais. Suprimento das disponibilidades sem comprovação quanto à efetiva entrega dos recursos financeiros: aumento do capital social, adiantamentos de clientes, empréstimos de sócios ou de terceiros, operações, prestações ou recebimentos sem origem, alienação de investimentos e bens do ativo imobilizado. Aquisições de mercadorias, bens, serviços e outros ativos não contabilizados e sem comprovação da origem do numerário. Falta de registro contábil dos passivos de curto prazo. Supervaliação na formação dos custos de estoque e outras despesas	40
Conhecimento básico da estrutura da EFD ICMS/IPI (Guia Prático EFD ICMS IPI – v. 3.1.7) e do arquivo XML da NF-e (Manual de Orientação do Contribuinte – NFe – Versão 7.0).....	49
Noções de relacionamento entre registros da EFD ICMS/IPI e da NFe: EFD REGISTROS 0000, 0150, 0200, 0220, C100, C170, C176, C195, C197, C400, C405, C420, C425 e registros dos Blocos E e H e Grupos de informações da NF-e: B, C, D, H, I, M, N e W.....	57
Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria – NBC TA e NBC PA	66
Questões	73
Gabarito.....	79

CONTABILIDADE AVANÇADA

Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.....	1
Mensuração a Valor justo: conceitos envolvidos, cálculos e tratamento contábil	7
Ajuste a valor presente: objetivo, alcance, definições, procedimentos e tratamento contábil	13
Instrumentos financeiros: conceito, avaliação e tratamento contábil. Valores a receber de clientes. Aplicações financeiras. Empréstimos. Debêntures	19
Propriedade para Investimento: conceito e tratamento contábil	25
Tratamento contábil de operações de arrendamento mercantil.....	32
Participações Societárias. Conceito de coligadas e controladas. Definição de influência significativa e controle. Métodos de avaliação, cálculos, apuração do resultado de equivalência patrimonial, tratamento dos lucros não realizados. Tratamento contábil do recebimento de lucros ou dividendos de coligadas e controladas	39
Reorganização e reestruturação de empresas. Incorporação, fusão, cisão e extinção de empresas: aspectos contábeis, fiscais, e societários da reestruturação social. Apuração e tratamento contábil da mais valia, do “goodwill” e do deságio: amortizações e forma de evidenciação	46
Subvenção e Assistência governamentais: conceitos, tratamento contábil, avaliação e evidenciação.....	55
Conversão de demonstrações contábeis e tratamento dos efeitos das mudanças nas taxas de câmbio: objetivo, alcance, definições, procedimentos e contabilização	59
Demonstrações contábeis. Demonstração dos Fluxos de Caixa. Demonstração do Valor Adicionado.....	65
Questões	72
Gabarito.....	75

SUMÁRIO

SUMÁRIO

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Conceitos gerais e terminologia aplicável à contabilidade de custos	1
Conceitos e classificação dos custos	6
Apropriação dos custos à produção. Conceito e critérios de atribuição dos custos	12
Departamentalização. Conceito, tratamento contábil, forma de apropriação e impacto no custo do produto	18
Taxa de aplicação dos custos indiretos de produção	23
Apuração da produção acabada, dos produtos em elaboração e dos produtos vendidos	29
Utilização de equivalentes de produção	35
Tipos de produção. Conceito, aplicabilidade, tratamento contábil e apropriação dos custos. Produção por ordem, produção contínua, produção conjunta	36
Tipos de custeio. Conceitos, diferenciações, apropriação dos custos, impactos nos resultados	42
Formas de controle dos custos	48
Custos estimados. Conceito, tratamento contábil, análise das variações	54
Custos controláveis. Conceito, tratamento contábil e aplicação	59
Custo padrão. Conceito, tratamento contábil, aplicação e análises das variações	64
Margem de contribuição. Conceito, cálculos e aplicação	70
Análise da Contabilidade de Custos custo × volume × lucro	75
Variações do ponto de equilíbrio	80
Grau de alavancagem operacional	86
Margem de segurança	90
Questões	96
Gabarito	104

DIREITO TRIBUTÁRIO I

Sistema tributário nacional na constituição federal	1
Dos princípios gerais; princípios constitucionais tributários	2
Espécies tributárias na constituição: impostos, taxas, empréstimos compulsórios, contribuições; impostos: definição - disposições gerais; taxas; contribuição de melhoria; normas gerais de direito tributário	4
Das limitações do poder de tributar; imunidades	14
Dos impostos da união	17
Dos impostos dos estados e do distrito federal	20
Dos impostos dos municípios	24
Da repartição das receitas tributárias	26

SUMÁRIO

SUMÁRIO

Código tributário nacional (lei nº 5.172/1966 Atualizada): sistema tributário nacional no ctn; disposições gerais; competência tributária: disposições gerais; limitações da competência tributária: disposições gerais, disposições especiais.....	34
Legislação tributária: disposições gerais: disposição preliminar; leis, tratados e convenções internacionais e decretos; normas complementares; vigência da legislação tributária.....	37
Aplicação da legislação tributária; interpretação e integração da legislação tributária .	43
Obrigações tributárias: disposições gerais, fato gerador, sujeito ativo; sujeito passivo: disposições gerais, solidariedade, capacidade tributária, domicílio tributário.....	47
Responsabilidade tributária: disposição geral, responsabilidade dos sucessores, responsabilidade de terceiros, responsabilidade por infrações	51
Crédito tributário: disposições gerais; constituição de crédito tributário: lançamento, modalidades de lançamento.....	54
Suspensão da exigibilidade do crédito tributário	66
Extinção do crédito tributário: modalidades de extinção, pagamento, pagamento indevido, demais modalidades de extinção.....	68
Exclusão de crédito tributário: disposições gerais, isenção, anistia.....	71
Garantias e privilégios do crédito tributário: disposições gerais, preferências.....	72
Administração tributária: fiscalização, dívida ativa, protesto de certidões de dívida ativa; certidões negativas; disposições finais e transitórias.....	73
Lei complementar federal nº 24/1975, que dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e dá outras providências	76
Lei complementar federal nº 87/1996, que dispõe sobre o imposto dos estados e do distrito federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências (lei Kandir).....	79
Lei complementar federal nº 105/2001, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências	92
Lei complementar federal nº 116/2003, que dispõe sobre o imposto sobre serviços de qualquer natureza, de competência dos municípios e do distrito federal, e dá outras providências	96
Lei complementar federal nº 123/2006, que institui o regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte – simples nacional.....	101
Lei complementar nº 192, de 11 de março de 2022, que define os combustíveis sobre os quais incidirá uma única vez o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (icms).....	160
Súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal em matéria tributária.....	164
Questões	170
Gabarito.....	178

SUMÁRIO



DIREITO TRIBUTÁRIO II - REFORMA TRIBUTÁRIA

Emenda Constitucional nº 132/2023	1
Lei Complementar nº 214/2025: Livro I – Normas Gerais do IBS e da CBS, com o Título I, que abrange: Capítulo I – Disposições Preliminares; Capítulo II – IBS e CBS sobre operações com bens e serviços; Capítulo III – Operacionalização do IBS e da CBS; Capítulo IV – IBS e CBS sobre importações; e Capítulo V – IBS e CBS sobre exportações; Título II, com o Capítulo III – Regimes de Bens de Capitais e a Seção IV – Desoneração da aquisição de bens de capital; Título III – Devolução Personalizada do IBS e da CBS (Cashback) e Cesta Básica Nacional de Alimentos; Título IV – Regimes Diferenciados do IBS e da CBS: Capítulo I – Disposições Gerais; Capítulo II – Redução de 30% das alíquotas do IBS e da CBS; Capítulo III – Redução de 60% das alíquotas do IBS e da CBS, com a Seção I – Disposições Gerais; Capítulo IV – Redução a zero das alíquotas do IBS e da CBS, com a Seção I – Disposições Gerais; Capítulo VII – Produtor Rural e Produtor Rural Integrado não contribuintes; Capítulo VIII – Transportador Autônomo de Carga Pessoa Física Não Contribuinte; e Capítulo X – Bens Móveis Usados Adquiridos de Pessoa Física Não Contribuinte para Revenda; Título V – Regimes Específicos do IBS e da CBS, com os seguintes capítulos: Capítulo I – Combustíveis, contendo: Seção I – Disposições Gerais; Seção II – Base de Cálculo; Seção IV – Sujeição Passiva; Seção V – Operações com Etanol Anidro Combustível (EAC); Seção VI – Créditos na aquisição de combustíveis submetidos ao regime de tributação monofásica; Capítulo II – Serviços Financeiros, com: Seção I – Disposições Gerais; e Seção II – Disposições Comuns aos Serviços Financeiros; Capítulo III – Planos de Assistência à Saúde; Capítulo IV – Concursos de Prognósticos, incluindo: Seção I – Disposições Gerais; Seção II – Importação de serviços de concursos de prognósticos; e Seção III – Exportação de serviços de concursos de prognósticos; Capítulo V – Bens Imóveis: Seção I – Disposições Gerais; Seção II – Momento da ocorrência do fato gerador; Seção III – Base de Cálculo, com as subseções: Subseção I – Disposições Gerais; Subseção II – Redutor de Ajuste; e Subseção III – Redutor Social; Seção IV – Alíquota; e Seção VI – Sujeição Passiva; Capítulo VI – Sociedades Cooperativas; Capítulo VII – Bares, Restaurantes, Hotelaria, Parques de Diversão e Parques Temáticos, com: Seção I – Bares e Restaurantes; e Seção II – Hotelaria, Parques de Diversão e Parques Temáticos; Título VII – Administração do IBS e da CBS; Livro III – Demais Disposições, contendo: Capítulo I – Avaliação Quinquenal; Capítulo II – Compensação de eventual redução do montante entregue nos termos do art. 159, incisos I e II, da Constituição Federal, em razão da substituição do IPI pelo Imposto Seletivo; e Capítulo III – Comitê Gestor do IBS	28
Questões	109
Gabarito.....	113

ESTATÍSTICA

Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose)	1
Probabilidade. Definições básicas e axiomas. Probabilidade condicional e independência	15
Variáveis aleatórias discretas e contínuas e suas distribuições (densidades) de probabilidade. Distribuições especiais: geométrica, binomial, exponencial, uniforme discreta e contínua, normal, t-student e Qui-quadrado.....	18
Esperança e variância de uma variável aleatória.....	29
Distribuições conjuntas, covariância e correlação linear entre duas variáveis aleatórias.....	35

SUMÁRIO

Noção de amostra aleatória e distribuição amostral	40
Noções de estimação pontual e intervalar de parâmetros	44
Noções de teste de hipótese, nível de significância, teste t de Student, testes qui-quadrado	47
Questões	50
Gabarito	56

DIREITO FINANCEIRO

Orçamento na Constituição de 1988: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA); Créditos Adicionais; Emendas parlamentares ao Orçamento; Plano Plurianual (PPA): estrutura, base legal, objetivos, conteúdo, tipos de programas; Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): objetivos, estrutura, base legal e conteúdo, Anexos de Metas Fiscais, Anexos de Riscos Fiscais, critérios para limitação de empenho.....	1
Lei Complementar nº 101/2000: Capítulo II - Planejamento; Capítulo III – Da Receita Pública; Capítulo IV – Da Despesa Pública; Capítulo V – Das Transferências Voluntárias; Capítulo VI – Da Destinação de Recursos para o Setor Privado; Capítulo VII – Da Dívida e do Endividamento; Capítulo VIII – Da Gestão Patrimonial	7
Lei nº 4.320/1964	25
Questões	43
Gabarito	49

MICROECONOMIA

Conceitos fundamentais de economia	1
Teoria elementar de equilíbrio do mercado	5
Fatores que influenciam a oferta e a procura por bens e serviços	11
Efeitos de deslocamentos das curvas de procura e oferta	12
Elasticidades - preço da procura e da oferta.....	13
Equilíbrio da firma no curto prazo nas estruturas de mercado, concorrência perfeita, concorrência monopolística, oligopólio e monopólio	18
Questões	24
Gabarito	27

SUMÁRIO

SUMÁRIO

ECONOMIA DA TRIBUTAÇÃO

A necessidade econômica da tributação, Formas de Tributação: Impostos, taxas e contribuições de melhoria.....	1
Classificação dos impostos: Impostos indiretos: Impostos Ad Valorem e impostos específicos, impostos sobre valor adicionado, impostos únicos (excise tax).....	6
Tributação e eficiência, conceituação econômica de eficiência: eficiência de Pareto ...	13
O peso morto da tributação. Determinantes do Peso Morto: elasticidades de oferta e demanda.....	18
Tributação Ótima sobre mercadorias: a regra de Ramsey. Curva de Laffer	25
Tributação e equidade: o trade-off entre eficiência e equidade. Implicações da regra de Ramsey sobre a equidade, critérios de equidade: capacidade contributiva, critério do benefício	31
Efeitos distributivos dos impostos: incidência econômica dos tributos	46
Tributação e estruturas de mercado: incidência de impostos em concorrência perfeita e monopólio	51
Política tributária: como os impostos influem nas decisões de consumo, poupança e gasto.....	56
Questões	61
Gabarito.....	64

MACROECONOMIA

Fluxo Circular da Renda, Contabilidade nacional	1
Mensurando a Renda Nacional: os agregados macroeconômicos: consumo, investimento, gastos do governo, exportações líquidas	4
Determinação do produto de equilíbrio, investimento e poupança, a curva IS	10
Política monetária, taxa de juros e a curva LM	15
PIB real X PIB nominal, Deflator do PIB.....	19
Inflação: conceitos e formas de mensuração, correção monetária utilizando índices de inflação	22
Contas nacionais do Brasil	26
Balanço de Pagamentos e relações com o resto do mundo	29
Noções sobre economia do setor público	32
Políticas fiscal, monetária e cambial	34
Efeitos da atuação do Estado na economia	37
Sistema Tributário como instrumento de distribuição de renda.....	40
Questões	43
Gabarito.....	47

SUMÁRIO



CONTABILIDADE GERAL

Contabilidade Geral: Conceito, objeto, objetivos, campo de atuação e usuários da informação contábil	1
Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC)	3
Itens patrimoniais do ativo, do passivo e do patrimônio líquido. Conteúdo, conceitos e estrutura	8
Classificações, avaliações e ajustes dos itens patrimoniais exigidos pelas novas práticas contábeis adotadas no Brasil trazidas pela Lei Federal nº 11.638/2007 e Lei Federal nº 11.941/2009	14
Conceito e contabilização de receitas e despesa	16
Regime de competência e Apuração do resultado	22
Estoques: Tipos de inventários; Critérios e métodos de avaliação; Componentes do custo do Estoque; Tratamento contábil dos tributos incidentes em operações de compras e vendas; Apuração do custo das mercadorias vendidas	24
Ativo Imobilizado: Mensuração inicial e componentes do custo; Mensuração subsequente; Tratamento da Depreciação e Resultado na venda e na baixa	27
Ativo Intangível: Mensuração inicial; Mensuração subsequente: vida útil definida ou indefinida; Tratamento da Amortização	29
Redução ao valor recuperável: mensuração, registro contábil e reversão	31
Estimativa de perdas em ativos e Provisões: Tratamento das Contingências Ativas e Passivas	36
Demonstrações contábeis	41
Balanço patrimonial	41
Demonstração do resultado do exercício	48
Demonstração das mutações do patrimônio líquido. Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados	50
Questões	56
Gabarito	59

SUMÁRIO

SUMÁRIO

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DE GOIÁS

Formação econômica de Goiás: a mineração no século XVIII, a agropecuária nos séculos XIX e XX, a estrada de ferro e a modernização da economia goiana, as transformações econômicas com a construção de Goiânia e Brasília, industrialização, infraestrutura e planejamento. Modernização da agricultura e urbanização do território goiano.....	1
População goiana: movimentos migratórios.....	8
Economia goiana: industrialização e infraestrutura de transportes e comunicação	15
As regiões goianas e as desigualdades regionais	17
Aspectos físicos do território goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo.....	22
Aspectos da história política de Goiás: a independência em Goiás, o coronelismo na República Velha, as oligarquias, a Revolução de 1930, a administração política de 1930 até os dias atuais.....	25
Aspectos da História Social de Goiás: o povoamento branco, os grupos indígenas, a escravidão e cultura negra, crescimento e estrutura da população, os movimentos sociais no campo e a cultura popular	34
Atualidades econômicas, políticas e sociais do Brasil, especialmente do Estado de Goiás	36
Questões	38
Gabarito.....	42

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

Fundamento de Banco de Dados: Fundamentos de Banco de Dados. Linguagens de definição e manipulação de dados em SGBDs relacionais (SQL, T-SQL, PL/pgSQL, PL/SQL). Modelagem de dados: modelos relacional e multidimensional. Administração de banco de dados relacionais. Projeto e implantação de SGBDs relacionais. Administração de usuários e perfis de acesso. Controle de proteção, integridade e concorrência. Backup e restauração de dados. Monitoramento e otimização de desempenho.....	1
Pipeline de Dados. Fundamentos, orquestração, integração, ETL, ELT e ferramentas	11
OLAP. Conceitos e aplicações	23
Modelagem e Otimização de Bases Multidimensionais. Técnicas de modelagem e otimização	37
Pré-processamento de Dados. Técnicas para preparação e transformação de dados .	37
Data Lake. Conceito e aplicações.....	38
Data Mining e Data Warehouse. Conceitos, arquiteturas, técnicas e tarefas	39
Big Data. Conceitos, premissas, análise de dados e aplicações	40

SUMÁRIO

SUMÁRIO

Bancos de Dados Não Relacionais, Fundamentos, administração, desempenho e configuração. Tipos: chave-valor, orientados a documentos e grafos. Bancos NoSQL: MongoDB, Redis e Neo4j	41
Gerenciamento de Projetos (PMBOK 7ª edição). Projetos e a organização. Princípios fundamentais e domínios de desempenho	42
Metodologias Ágeis. Scrum, Modelagem Ágil, Scrumban, Kanban, Extreme Programming (XP), Lean e Guia de Prática Ágil do PMI	49
Ciência e Análise de Dados: Análise de Agrupamentos (Clusterização). Medidas de distância ou de semelhança. Esquemas de aglomeração (hierárquicos e não hierárquicos)	52
Análise Fatorial por Componentes Principais. Correlação linear de Pearson	55
Análise de Correspondência. Análise de Correspondência Simples. Análise de Correspondência Múltipla	59
Modelos Lineares de Regressão. Regressão Linear Simples. Regressão Linear Múltipla. Avaliação de modelos de regressão	62
Modelos de Regressão Logística. Regressão Logística Binária. Regressão Logística Multinomial	62
Modelos de Regressão para Dados de Contagem. Modelo de Regressão de Poisson. Modelo de Regressão Binomial Negativa	63
Redes Neurais Artificiais e Machine Learning. Noções de Redes Neurais Artificiais Noções de aprendizado supervisionado e não supervisionado. Noções de Python, TensorFlow e PyTorch	65
Visualização e Análise Exploratória de Dados	71
Business Intelligence. Processo de coleta, organização, análise e compartilhamento de informações. Ferramentas de criação de dashboards: Power BI. Elaboração de relatórios analíticos	71
Séries Temporais. Conceitos básicos de séries temporais. Sazonalidade, tendência e estacionariedade. Modelos univariados de previsão: auto regressivos, médias móveis, ARMA, ARIMA e ETS. Avaliação de modelos de previsão. Aplicações de séries temporais na previsão de arrecadação dos entes públicos	75
Questões	78
Gabarito	84

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Lei nº 11.651, de 26 de dezembro de 1991, que institui o Código Tributário do Estado de Goiás	1
Livro I, Título V, Capítulo IV-A e Livro III, Título II, do Decreto nº 4.852, de 29 de dezembro de 1997, que regulamenta a Lei Estadual nº 11.651/91	105
Lei nº 16.469/09, que regulamenta o processo administrativo tributário e dispõe sobre os órgãos vinculados ao julgamento administrativo de questões de natureza tributária	124
Títulos I, II, III, IV, V e VI, capítulo I, seção I do Anexo VIII do Decreto nº 4.852/97, que trata da substituição tributária do ICMS	158
Capítulo I e V do Anexo IX do Decreto nº 4.852/97, que trata dos benefícios fiscais	180

SUMÁRIO

SUMÁRIO

Capítulos I, II, V, VII, VIII, X, XI, XIII, XV, XVI e XVII do Anexo XII do Decreto nº 4.852/97, que cuida das obrigações específicas.....	192
Anexo XV do Decreto nº 4.852/97, que trata das operações e prestações que destinem mercadoria, bem ou serviço a consumidor final não contribuinte, localizado no Estado de Goiás	233
Anexo XVIII do Decreto nº 4.852/97, que trata do fornecimento de informações prestadas por instituições e intermediadores financeiros e de pagamento e por intermediadores de serviços e negócios	235
Anexo XX do Decreto nº 4.852/97, exceto Apêndices - Da Apuração e do pagamento do ICMS DIFAL-SN	237
Ajuste SINIEF nº 07/05, que Institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, Cláusulas I, II, II-A, III, VI, VII, IX, XI, XII, XIII-A, XII, XIV-A, XV-A.....	239
Ajuste SINIEF nº 19/16, que institui a Institui a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica, modelo 65, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica, Cláusulas I a XI.....	252
Ajuste SINIEF 21/10, que institui o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais MDF-e, Cláusulas I, II, III, III-A, V, VIII, IX, XI.....	260
Lei nº 20.787/2020, que institui o programa de desenvolvimento regional - ProGoiás..	265
Art. 5º da Lei nº 21.670/22, que dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Infraestrutura - FUNDEINFRA e cria o Programa de Parcerias Institucionais para o Progresso e o Desenvolvimento Econômico do Estado de Goiás e o Decreto nº 10.187, de 30 de dezembro de 2022.....	276
Instrução Normativa Nº 199/2022-SRE, que dispõe sobre a autorregularização, pelo contribuinte, de irregularidades decorrentes de divergências ou inconsistências identificadas em malhas fiscais.....	279
Lei Complementar estadual nº 104, de 09 de outubro de 2013, que institui o Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte no Estado de Goiás	282
Lei Nº 9.489/1984, Cria o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR	292
Lei Nº 11.180/1990. Estabelece modificações no Fundo de Participação e Fomento do Estado de Goiás (FOMENTAR) e dá outras providências	294
Lei nº 13.591/2000. Institui o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUIZIR e o Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais - FUNPRODUZIR e dá outras providências	300
Questões	324
Gabarito.....	328

SUMÁRIO



DIREITO ADMINISTRATIVO

Estado, Governo e Administração Pública: Conceitos; Elementos	1
Direito Administrativo: Conceito; Objeto; Fontes	6
Ato administrativo: Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies; Extinção do ato administrativo; Cassação, anulação, revogação e convalidação; Decadência administrativa	11
Agentes público: Disposições constitucionais aplicáveis; Disposições doutrinárias; conceito; Espécies; Cargo, emprego e função pública; Provimento; Vacância; Efetividade, estabilidade e vitaliciedade; Remuneração; Direitos e deveres; Responsabilidade; Processo administrativo disciplinar	33
Estatuto dos servidores públicos civis do Estado de Goiás (Lei n. 20.756, de 28 de janeiro de 2020): Título V, Capítulos I, II, III, IV e V	54
Lei que institui a carreira do fisco da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás (Lei 13.266, de 16 de abril de 1998).....	69
Poderes da Administração Pública: Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; Uso e abuso do poder	93
Regime jurídico-administrativo: Conceito: Princípios expressos e implícitos da administração pública.....	104
Responsabilidade civil do Estado: Evolução histórica; Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro; Responsabilidade por ato comissivo do Estado; Responsabilidade por omissão do Estado; Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado; Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado; Reparação do dano; Direito de regresso	120
Serviços Públicos: Conceito; Elementos constitutivos; Formas de prestação e meios de execução; Delegação; Concessão, permissão e autorização; Classificação; Princípios; Lei nº 8.987/1995; Parceria Público-Privada (Lei nº 11.079/2004)	127
Organização Administrativa: Centralização, descentralização, concentração e desconcentração; Administração direta e indireta; Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista; Entidades paraestatais e terceiro setor; Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público; Contratos de Gestão	168
Controle da Administração Pública: Controle externo e controle interno; Controle exercido pela administração pública; Controle judicial; Controle legislativo e pelos Tribunais de Contas	180
Improbidade administrativa: Lei nº 8.429/1992 e alterações; Lei nº 14.230/2021	189
Lei nº 12.846/2013 e alterações (Lei Anticorrupção).....	214
Licitações e contratos administrativos: Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).....	221
Bens públicos: regime jurídico, classificação, administração, aquisição e alienação, formas de utilização por terceiros.....	295
Lei de acesso à informação: (Lei nº 12.527/2011)	298
Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).....	310
Questões	333
Gabarito.....	339

SUMÁRIO



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

— Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

– **Vocabulário** : O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

– **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

– **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:



Raciocínio Lógico

A habilidade de discernir e construir relações lógicas entre entidades diversas é uma competência fundamental no pensamento analítico. Ela permite que um indivíduo percorra informações e estabeleça conexões significativas, mesmo quando os elementos envolvidos são abstratos ou hipotéticos. Ao explorar este domínio, desenvolve-se a capacidade de extrair conclusões válidas e verificar a solidez das premissas subjacentes. Tal habilidade é crucial para a resolução de problemas complexos e para a tomada de decisões informadas em uma variedade de contextos.

Agora, veremos os conteúdos necessários para aprimorar essa habilidade:

LÓGICA PROPOSICIONAL

Antes de tudo, é essencial compreender o conceito de proposições. Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- **Verdadeiro (V)**, caso a proposição seja verdadeira.
- **Falso (F)**, caso a proposição seja falsa.

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$

Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

- **Sentenças Abertas**

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
- Frases exclamativas: “Que maravilhoso!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”
- Frases sem sentido lógico: “Esta frase é falsa.”



Taxas de juros

Índices fundamentais no estudo da matemática financeira, sendo incorporadas sempre ao capital. **São elas:**

Taxa efetiva: são aquelas onde a taxa da unidade de tempo coincide com a unidade de tempo do período de capitalização(valorização). Exemplo: Uma taxa de 13% ao trimestre com capitalização trimestral.

ATENÇÃO: Quando no enunciado não estiver citando o período de capitalização, a mesma vai coincidir com unidade da taxa. Em outras palavras iremos trabalhar com taxa efetiva!!!

Taxa nominal: são aquelas cujas unidade de tempo **NÃO** coincide com as unidades de tempo do período de capitalização.

Exemplo:

(TJ/PE- ANALISTA JUDICIÁRIO-CONTADOR-FCC) Uma taxa de juros nominal de 21% ao trimestre, com juros capitalizados mensalmente, apresenta uma taxa de juros efetiva, trimestral de, aproximadamente,

- (A) 21,7%.
- (B) 22,5%.
- (C) 24,8%.
- (D) 32,4%.
- (E) 33,7%.

Resolução:

21% a. t capitalizados mensalmente (taxa nominal), como um trimestre tem 3 meses, $21/3 = 7\%$ a.m(taxa efetiva).

im = taxa ao mês

it= taxa ao trimestre.

$$(1+im)^3 = (1+it) \cdot (1+0,07)^3 = 1+it \cdot (1,07)^3 = 1+it \cdot 1,225043 = 1+it \cdot it = 1,225043-1 \cdot it = 0,225043 \times 100 \cdot it = 22,5043\%$$

Resposta: B

ATENÇÃO: Para resolução de questões com taxas nominais devemos primeiramente descobrir a taxa efetiva (multiplicando ou dividindo a taxa)

Toda taxa nominal traz implícita uma taxa efetiva que deve ser calculada proporcionalmente.

Taxas proporcionais (regime de juros simples): são taxas em unidade de tempo diferente que aplicadas sobre o mesmo capital ao mesmo período de tempo irão gerar o mesmo montante.



O estudo da aplicabilidade das normas constitucionais é essencial à correta interpretação da Constituição Federal¹. É a compreensão da aplicabilidade das normas constitucionais que nos permitirá entender exatamente o alcance e a realizabilidade dos diversos dispositivos da Constituição.

Todas as normas constitucionais apresentam juridicidade. Todas elas são imperativas e cogentes ou, em outras palavras, todas as normas constitucionais surtem efeitos jurídicos: o que varia entre elas é o grau de eficácia.

A doutrina americana (clássica) distingue duas espécies de normas constitucionais quanto à aplicabilidade: as normas autoexecutáveis (“*self executing*”) e as normas não-autoexecutáveis.

As normas autoexecutáveis são normas que podem ser aplicadas sem a necessidade de qualquer complementação. São normas completas, bastantes em si mesmas. Já as normas não-autoexecutáveis dependem de complementação legislativa antes de serem aplicadas: são as normas incompletas, as normas programáticas (que definem diretrizes para as políticas públicas) e as normas de estruturação (instituem órgãos, mas deixam para a lei a tarefa de organizar o seu funcionamento).

Embora a doutrina americana seja bastante didática, a classificação das normas quanto à sua aplicabilidade mais aceita no Brasil foi a proposta pelo Prof. José Afonso da Silva.

A partir da aplicabilidade das normas constitucionais, José Afonso da Silva classifica as normas constitucionais em três grupos:

- Normas de eficácia plena;
- Normas de eficácia contida;
- Normas de eficácia limitada.

1) Normas de eficácia plena

São aquelas que, desde a entrada em vigor da Constituição, produzem, ou têm possibilidade de produzir, todos os efeitos que o legislador constituinte quis regular. É o caso do art. 2º da CF/88, que diz: “são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”.

As normas de eficácia plena possuem as seguintes características:

a) são autoaplicáveis, é dizer, elas independem de lei posterior regulamentadora que lhes complete o alcance e o sentido. Isso não quer dizer que não possa haver lei regulamentadora versando sobre uma norma de eficácia plena; a lei regulamentadora até pode existir, mas a norma de eficácia plena já produz todos os seus efeitos de imediato, independentemente de qualquer tipo de regulamentação;

b) são não-restringíveis, ou seja, caso exista uma lei tratando de uma norma de eficácia plena, esta não poderá limitar sua aplicação;

c) possuem aplicabilidade direta (não dependem de norma regulamentadora para produzir seus efeitos), **imediata** (estão aptas a produzir todos os seus efeitos desde o momento em que é promulgada a Constituição) e **integral** (não podem sofrer limitações ou restrições em sua aplicação).

2) Normas constitucionais de eficácia contida ou prospectiva

São normas que estão aptas a produzir todos os seus efeitos desde o momento da promulgação da Constituição, mas que podem ser restringidas por parte do Poder Público. Cabe destacar que a atuação do legislador, no caso das normas de eficácia contida, é discricionária: ele não precisa editar a lei, mas poderá fazê-lo.

¹ <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:j3AAnRpJ4j8J:www.estrategiaconcursos.com.br/cursos/main/downloadPDF/%3Faula%3D188713+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>



— LINDB e Introdução ao Direito Civil Brasileiro

De antemão, infere-se que a LEI de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, ou LINDB, (antes denominada LICC), não faz parte do Código Civil, apesar de se encontrar anexa a esta legislação. Cuidando-se, assim, de um acoplado de normas que possuem como finalidade, disciplinar as próprias normas jurídicas, ou, *lex legum* – norma sobre normas.

Ressalta-se que a legislação em estudo, predispõe condições genéricas para a formação, elaboração, vigência, eficácia, interpretação, integração e aplicação das leis como um todo.

Denota-se que a troca de nomes da LINDB ocorreu com o objetivo de colocar a devida adequação à aplicação prática, bem como a abrangência real da lei de introdução ao seu aspecto formal pelo nome da ementa.

Desta forma, a Lei n. 12.376/2010 passou a predispor que o decreto é Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, e não somente norma de cunho civil. Nesta seara, a LINDB se dirige ao legislador e aplicador do direito de maneira diferente das demais normas jurídicas, haja vista, estas possuírem o atributo da generalidade e se encontrarem destinadas à toda a sociedade.

Incumbe-se a LINDB de tratar das seguintes situações:

- Da vigência e da eficácia das normas jurídicas;
- Do referente ao conflito de leis no tempo;
- Do conflito de leis no espaço;
- Dos critérios hermenêuticos;
- Do referente aos critérios de integração do ordenamento jurídico;
- Das normas de direito internacional privado, nos moldes dos artigos 7º a 19;
- Das normas de direito público, nos ditames do artigo 20 ao 30.

Das Fontes do Direito

Podemos conceituar fonte como sendo a origem ou como formas de expressão do direito. O jurista Miguel Reale conceitua as fontes do direito como sendo os *“processos ou meios em virtude dos quais as regras jurídicas se positivam com legítima força obrigatória”*. Já o ilustre Hans Kelsen, define a fonte do direito como: *“o fundamento de validade da norma jurídica, decorre de uma norma superior, válida”*.

Ressalta-se que classificar e dividir as fontes do direito, não é tarefa fácil segundo a doutrina. Sendo assim, a maioria dos doutrinadores edita sua classificação, dividindo-a da seguinte forma:

– **Fontes formais:** São aquelas que se encontram dispostas de forma expressa na LINDB, se dividindo em fontes primárias, que são as leis; e fontes secundárias, que se referem à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

– **Fontes informais:** São aquelas que se encontram dispostas na LINDB, tais como a doutrina, a jurisprudência e equidade.

Registra-se que existem doutrinadores que classificam as fontes formais secundárias como fontes indiretas ou mediatas, tendo em vista o fato de poderem ser aplicadas em situações de lacuna legal nas omissões da lei, conforme o art. 4º que aduz: *“quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito”*.



Princípio da Legalidade (ou reserva legal)

Trata-se do fixador do conteúdo das normas penais incriminadoras, ou seja, a elaboração de normas incriminadoras é função exclusiva da lei em sentido estrito, emanada do Poder Legislativo, respeitado o procedimento previsto na Constituição. Assim, nenhum fato pode ser considerado crime e nenhuma pena criminal pode ser aplicada sem que, antes da ocorrência desse fato exista uma lei que o defina como crime e comine-lhe sanção correspondente. Encontra-se previsto, expressamente, no art. 5.º, XXXIX, da CF, bem como no art. 1.º do Código Penal.

Princípio da Anterioridade

Significa que uma pessoa só pode ser punida, se a época do fato por ela praticado, já estava em vigor a lei que descrevia o delito. Desse modo, a lei penal incriminadora somente pode ser aplicada a um fato concreto, caso tenha tido origem antes da prática da conduta para a qual se destina, conforme dita o texto constitucional e o art. 1.º do Código Penal, *“não há crime sem lei anterior que o defina”, nem tampouco pena “sem prévia cominação legal”*.

Frise-se que o indivíduo somente está protegido contra os abusos do Estado, caso possa ter certeza de que as leis penais são aplicáveis para o futuro, a partir de sua criação, não retroagindo para abranger condutas já realizadas.



Origem e Evolução Histórica¹

As primeiras manifestações do comércio surgiram nos núcleos familiares na Antiguidade. A economia era fundada na produção e posteriormente na troca. As relações intersubjetivas de troca eram intermediadas por indivíduos que buscavam os produtos nos núcleos familiares e efetivavam o escambo. Surgem, assim, os comerciantes, que são os sujeitos que realizavam as trocas mediante uma compensação em pecúnia como retribuição à intermediação.

A estrutura então fechada e tribal dessa sociedade primitiva torna-se autossuficiente e ultrapassa fronteiras terrestres, encontrando no comércio marítimo sua porta para expansão. A fase da troca é superada na Idade Média e a venda com a divisão dos lucros entre produtor e intermediador (comerciante) é adotada como prática do comércio.

O Brasil, seguindo o estatuto francês, adotara a teoria dos atos de comércio com o Código Comercial de 1850. Nessa fase, a qualificação de comerciante não tinha mais sua importância como sujeito da ação, mas na prática de atos denominados comerciais. Assim, qualquer pessoa capaz que praticasse atos de comércio de forma habitual e profissional poderia ser qualificada como comerciante.

O Código Civil de 2002, seguindo o modelo italiano, unificou o direito privado, trazendo a regulamentação do então Código Comercial para seu bojo, mais especificamente em seu Livro II, Títulos I a IV.

Autonomia²

Embora o Código Civil de 2002 tenha disciplinado normas de direito empresarial (unificação formal), ainda sobrevive a autonomia científica do direito empresarial. E o argumento, invencível, em favor da autonomia é a ética do empresário, o qual atua movido pelo individualismo e pela onerosidade presumidos em suas relações empresariais.

Ao contrário do direito civil moderno, pautado pela boa-fé objetiva, o direito empresarial disciplinado pelo Código Civil não ignora a ética empresarial, tanto que exclui certas atividades profissionais do conceito de empresa, além de proibir alguns agentes públicos de exercerem a mercancia.

Isso porque o Código Civil não admitiu que algumas pessoas e atividades fossem “contaminadas” pela ética empresarial. Exemplo disso, é a disciplina diferenciada da insolvência civil, aplicável ao devedor não empresário, quando comparada à legislação falimentar, está aplicável ao devedor empresário.

Sustentando a autonomia científica do direito empresarial, especialmente com apoio nos princípios marcantes desse ramo do direito, que não coincidem com os do direito civil, tem-se o Enunciado 75 da I Jornada de Direito Civil do Conselho de Justiça Federal: “a disciplina de matéria mercantil no novo CC não afeta a autonomia do direito comercial”.

Fábio Ulhoa Coelho, entre outros, rememora que a autonomia do direito empresarial, ainda que referido como direito comercial, deriva de sua inscrição como subramo categoricamente enumerado como competência legislativa privativa da União (art. 22, inc. I).

A vasta legislação existente sobre o direito de empresa e as propostas de criação de um novo Código Comercial revelam sua autonomia normativa, sendo que a doutrina e a jurisprudência, quando da aplicação da legislação especializada, têm reafirmado a autonomia do direito empresarial.

1 Venosa, Silvio de Salvo. *Direito Empresarial* / Silvio de Salvo Venosa, Claudia Rodrigues. – 13. ed. – São Paulo : Atlas Jurídico, 2025. 408 p.

2 Chagas, Edilson Enedino das. *Direito Empresarial Esquematizado* / Edilson Enedino das Chagas ; Coord. Pedro Lenza. – 9. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2022. (Coleção Esquematizado®)



Auditoria

O planejamento de auditoria é uma etapa crítica em qualquer processo de auditoria, seja ele no setor público ou privado.

Ele envolve várias atividades, incluindo o levantamento preliminar, a seleção de ferramentas e técnicas de auditoria e a definição de objetivos e escopo da auditoria.

Vamos explorar esses aspectos em detalhes abaixo:

— Levantamento Preliminar

Identificação dos Objetivos da Auditoria: o primeiro passo no planejamento de uma auditoria é identificar claramente seus objetivos. Isso pode incluir a revisão de contas financeiras, a avaliação de controles internos, a conformidade com regulamentos ou políticas, entre outros.

Identificação dos Riscos: os auditores devem identificar e avaliar os riscos associados ao processo, área ou atividade que será auditado. Isso ajuda a direcionar os esforços de auditoria para as áreas de maior risco.

Definição do Escopo da Auditoria: com base nos objetivos e riscos identificados, o escopo da auditoria é definido. Isso determina quais processos ou transações serão incluídos na auditoria e quais serão excluídos.

Seleção de Equipe de Auditoria: os auditores internos responsáveis pela auditoria são selecionados com base em suas habilidades, conhecimentos e experiência relevantes.

— Ferramentas e Técnicas de Auditoria

Entrevistas: os auditores podem conduzir entrevistas com funcionários, gestores e outras partes envolvidas para obter informações relevantes sobre o processo ou área auditada.

Análise Documental: os documentos, registros e relatórios relacionados ao processo são revisados para verificar sua precisão e conformidade com as políticas e regulamentos.

Testes de Controle: esses testes são realizados para avaliar a eficácia dos controles internos em vigor. Eles ajudam a determinar se os procedimentos de controle são seguidos adequadamente.

Testes Substantivos: os testes substantivos são realizados para verificar a validade e a precisão das informações financeiras ou operacionais. Isso pode incluir a verificação de saldos de contas, transações individuais e muito mais.

Análise de Dados: o uso de ferramentas de análise de dados pode ajudar os auditores a identificar tendências, anomalias e padrões nos dados que podem indicar problemas ou áreas de interesse.

Amostragem: quando revisar todos os itens não é prático, os auditores podem usar amostragem estatística para revisar uma amostra representativa de itens.

Observação Direta: os auditores podem observar diretamente os processos ou procedimentos em ação para verificar se estão ocorrendo de acordo com as políticas e regulamentos.

Procedimentos Analíticos: isso envolve a análise de dados financeiros e operacionais para identificar discrepâncias ou variações significativas que podem requerer uma investigação mais aprofundada.

Uma vez que o levantamento preliminar é concluído e as ferramentas e técnicas de auditoria são selecionadas, os auditores podem elaborar um plano de auditoria detalhado que inclui a programação das atividades, a alocação de recursos e um cronograma de execução. O planejamento de auditoria bem executado estabelece as bases para uma auditoria eficaz, garantindo que os objetivos sejam alcançados e que as conclusões sejam confiáveis e úteis para a organização.



► Conceito e definição segundo a norma vigente

As políticas contábeis representam os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas adotadas por uma entidade na preparação e apresentação de suas demonstrações contábeis. Esse conceito está descrito no Pronunciamento Técnico CPC 23, que trata especificamente de políticas contábeis, mudanças de estimativas contábeis e correção de erros.

A escolha adequada das políticas contábeis é fundamental para garantir consistência, comparabilidade e transparência nas demonstrações financeiras ao longo do tempo. As políticas devem estar em conformidade com os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações emitidas pelos órgãos reguladores da contabilidade, como o CPC, o CFC e, no contexto internacional, o IASB.

Sempre que houver norma contábil aplicável a uma transação, evento ou condição específica, a entidade deve obrigatoriamente aplicá-la. Em casos onde não há norma específica, o CPC 23 orienta que a entidade utilize julgamento para desenvolver e aplicar uma política contábil que resulte em informações relevantes e fidedignas.

► Exemplos de políticas contábeis mais comuns

As políticas contábeis abrangem diversos aspectos da contabilidade e podem variar de uma entidade para outra, conforme a natureza de suas operações. Abaixo, alguns exemplos típicos:

- Método de depreciação de ativos imobilizados (exemplo: linha reta ou soma dos dígitos)
- Critério de mensuração de estoques (exemplo: custo médio ou PEPS)
- Reconhecimento de receita (exemplo: momento da entrega do bem ou conclusão de etapa de serviço)
- Avaliação de investimentos (exemplo: custo de aquisição ou equivalência patrimonial)
- Tratamento de arrendamentos (exemplo: arrendamento financeiro ou operacional)

Essas escolhas devem ser documentadas em notas explicativas e seguidas de forma consistente. A consistência no uso das políticas contábeis é um dos pilares da contabilidade de qualidade.

► Critérios para adoção e alteração de políticas contábeis

A adoção de políticas contábeis deve respeitar três critérios fundamentais:

- **Relevância:** A informação deve ser útil para os usuários tomarem decisões econômicas.
- **Fidedignidade:** A informação deve representar fielmente os eventos e transações econômicas.
- **Conformidade com normas contábeis vigentes:** A política adotada deve estar de acordo com os pronunciamentos do CPC e, quando aplicável, com as normas internacionais.

A alteração de uma política contábil somente é permitida nos seguintes casos:

- Quando for exigida por nova norma contábil ou modificação de norma existente
- Quando a nova política contábil proporcionar melhor qualidade da informação apresentada nas demonstrações contábeis

Caso ocorra a mudança, a entidade deve aplicar a retrospectividade completa, ou seja, ajustar os saldos iniciais de ativos, passivos e patrimônio líquido dos períodos comparativos como se a nova política sempre tivesse sido adotada. Essa abordagem garante comparabilidade entre os exercícios.



CONCEITO E OBJETIVOS DA CONTABILIDADE DE CUSTOS

A contabilidade de custos é um ramo da contabilidade que se dedica à apuração, controle e análise dos custos de produção de bens e serviços dentro de uma organização. Seu principal objetivo é fornecer informações relevantes para a tomada de decisões gerenciais, especialmente no que diz respeito à eficiência produtiva, à formação de preços, ao controle de gastos e à rentabilidade.

Ela tem um papel estratégico dentro das empresas, pois permite entender com precisão onde os recursos estão sendo aplicados e como os custos estão sendo formados ao longo dos processos. A partir disso, é possível melhorar o desempenho operacional, reduzir desperdícios e planejar ações que aumentem a competitividade no mercado.

► A diferença entre contabilidade financeira e contabilidade de custos

Para compreender melhor o papel da contabilidade de custos, é importante diferenciá-la da contabilidade financeira. A contabilidade financeira é voltada para a elaboração de demonstrativos contábeis exigidos por lei, como o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, com foco nos usuários externos (investidores, governo, credores).

Já a contabilidade de custos possui um caráter mais interno e gerencial. Ela visa fornecer informações detalhadas sobre o desempenho produtivo da empresa, que não são necessariamente exigidas por normas contábeis externas, mas são essenciais para os gestores e tomadores de decisão.

► Finalidades principais da contabilidade de custos

A contabilidade de custos atua em diversas frentes dentro de uma organização. Abaixo, apresento as principais finalidades dessa área:

Determinação dos custos dos produtos e serviços:

A base da contabilidade de custos é calcular quanto custa produzir um item ou oferecer um serviço. Isso envolve o levantamento de todos os gastos diretos e indiretos que incidem sobre a produção.

Formação de preços de venda:

A empresa precisa saber quanto custa para, então, definir um preço de venda que cubra os custos e gere lucro. A contabilidade de custos contribui com dados técnicos que embasam essa formação de preços.

Controle e redução de custos:

Ao identificar onde os recursos estão sendo consumidos, a empresa consegue implementar medidas de controle e eficiência, reduzindo desperdícios e otimizando processos.

Avaliação de estoques:

A contabilidade de custos auxilia na valoração dos estoques de produtos acabados, em elaboração e matérias-primas, o que impacta diretamente na apuração do lucro contábil.

Análise de rentabilidade:

Com dados precisos sobre custos, é possível avaliar quais produtos ou serviços são mais lucrativos e quais geram prejuízo ou baixa margem, orientando decisões sobre portfólio e investimentos.



Sistema Financeiro Nacional

Conforme doutrina, a Constituição de 1988 regula dois sistemas financeiros. O primeiro é o sistema financeiro público, que envolve as finanças públicas e o orçamento público, e que estão disciplinados do art. 163 ao art. 169.

O segundo é o sistema financeiro para público, ou simplesmente sistema financeiro nacional, trazido pelo art. 192, cujos incisos e parágrafos foram desconstitucionalizados¹.

O sistema financeiro nacional abrange as instituições financeiras creditícias públicas e privadas, as de previdência privada, e as de seguro e de capitalização, todas sujeitas a controle do poder público.

O Banco Central do Brasil, apesar de autarquia federal, é também uma instituição financeira e integra o sistema financeiro nacional, tendo a supervisão deste sistema como uma de suas funções. A doutrina considera o Bacen um elo entre o sistema financeiro nacional e o sistema financeiro público.

Conforme art. 192 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 40/2003, o sistema financeiro nacional deve ser estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito.

Além disso, esse sistema será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

A EC nº 40/2003 também revogou todos os incisos e parágrafos do art. 192, que traziam inúmeras regras constitucionais sobre o sistema financeiro nacional.

CAPÍTULO IV

DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)

- I - (Revogado). (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)
- II - (Revogado). (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)
- III - (Revogado) (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)
- a) (Revogado) (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)
- b) (Revogado) (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)
- IV - (Revogado) (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)
- V - (Revogado) (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)
- VI - (Revogado) (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)
- VII - (Revogado) (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)
- VIII - (Revogado) (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)
- § 1º - (Revogado) (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)
- § 2º - (Revogado) (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)
- § 3º - (Revogado) (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003)

¹ <https://direitoconstitucional.blog.br/sistema-financeiro-nacional/>



EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 132, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023

Altera o Sistema Tributário Nacional.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 43.

.....

§ 4º Sempre que possível, a concessão dos incentivos regionais a que se refere o § 2º, III, considerará critérios de sustentabilidade ambiental e redução das emissões de carbono.” (NR)

“Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado, quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República ou o Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada.

.....” (NR)

“Art. 105.

I -

.....

j) os conflitos entre entes federativos, ou entre estes e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, relacionados aos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V;

.....” (NR)

“Art. 145.

.....

§ 3º O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.

§ 4º As alterações na legislação tributária buscarão atenuar efeitos regressivos.” (NR)

“Art. 146.

.....

III -

.....

c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas, inclusive em relação aos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V;

d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso dos impostos previstos nos arts. 155, II, e 156-A, das contribuições sociais previstas no art. 195, I e V, e § 12 e da contribuição a que se refere o art. 239.

§ 1º

§ 2º É facultado ao optante pelo regime único de que trata o § 1º apurar e recolher os tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V, nos termos estabelecidos nesses artigos, hipótese em que as parcelas a eles relativas não serão cobradas pelo regime único.



Estatística

TABELAS E GRÁFICOS

Em nosso dia a dia, somos constantemente expostos a uma vasta gama de informações, muitas vezes expressas de forma visual por meio de tabelas e gráficos. Esses recursos estão presentes nos noticiários televisivos, em jornais, revistas e até em redes sociais. Tabelas e gráficos são ferramentas fundamentais da linguagem matemática e desempenham um papel crucial na organização e apresentação de dados de maneira clara e acessível.

A capacidade de ler e interpretar essas representações é essencial para compreender as informações ao nosso redor. A área da Matemática que se dedica a coletar, organizar e apresentar dados numéricos, e que permite tirar conclusões a partir deles, é conhecida como Estatística.

Tabelas

As tabelas apresentam informações organizadas em linhas e colunas, o que facilita a leitura e interpretação de dados. Geralmente, são utilizadas quando há necessidade de comparar informações ou listar dados de maneira ordenada.

PROPOSTA DE NOVAS TABELAS DO SIMPLES NACIONAL - 2016							
RECEITA BRUTA EM 12 MESES - em R\$				ANEXO I comércio	ANEXO II indústria	ANEXO III serviços	ANEXO IV serviços especializados
Até	R\$	225.000,00		4,00%	4,50%	6,00%	13,80%
De R\$	225.000,01	a R\$	450.000,00	8,25%	8,00%	12,25%	17,25%
De R\$	450.000,01	a R\$	900.000,00	9,50%	10,00%	14,75%	18,50%
De R\$	900.000,01	a R\$	1.800.000,00	11,25%	12,25%	17,25%	20,00%
De R\$	1.800.000,01	a R\$	3.600.000,00	14,25%	14,50%	20,50%	22,25%
De R\$	3.600.000,01	a R\$	7.200.000,00	15,50%	11,00%	29,45%	27,00%
De R\$	7.200.000,01	a R\$	14.400.000,00	15,50%	21,75%	29,45%	29,70%

Fonte: SEBRAE

Nas tabelas, é comum encontrarmos um título, que destaca a principal informação apresentada, e uma fonte, que identifica de onde os dados foram obtidos

Gráficos

Ao contrário das tabelas, que mostram os dados de forma mais textual e organizada, os gráficos oferecem uma representação visual, facilitando a compreensão de padrões, tendências e comparações de maneira mais rápida e intuitiva.

Tipos de Gráficos

Existem vários tipos de gráficos, e cada um é utilizado de acordo com o tipo de dado e o objetivo da apresentação.

– **Gráfico de linhas:** são utilizados, em geral, para representar a variação de uma grandeza em certo período de tempo.

Os gráficos de linhas são utilizados, em geral, para representar a variação de uma grandeza ao longo do tempo. São ideais para mostrar tendências e evoluções. Marcamos os pontos determinados pelos pares ordenados (classe, frequência) e os conectamos por segmentos de reta.



PLANO PLURIANUAL (PPA), LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO), LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

O processo orçamentário brasileiro é estruturado a partir de três instrumentos principais de planejamento orçamentário: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Esses instrumentos, previstos na Constituição Federal de 1988, garantem o planejamento e a execução das políticas públicas de forma integrada, ordenada e com vistas ao equilíbrio das contas públicas.

Cada um desses instrumentos possui características e finalidades específicas, mas todos se complementam, compondo um sistema cíclico de planejamento de médio e curto prazo. Cabe ao Poder Executivo a proposição dos projetos de lei correspondentes e ao Poder Legislativo sua análise, aprovação e controle.

A seguir, apresenta-se uma visão geral de como esses instrumentos se articulam e operam dentro do ciclo orçamentário:

- O Plano Plurianual (PPA) estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos, abrangendo programas de governo que visam à promoção do desenvolvimento nacional e à melhoria das condições de vida da população. Ele orienta os demais instrumentos de planejamento e deve ser elaborado no primeiro ano de mandato de um chefe do Executivo, com vigência a partir do segundo ano até o final do primeiro ano do mandato seguinte.

- A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é elaborada anualmente e tem como principal função estabelecer as metas e prioridades da administração pública para o exercício seguinte, orientando a elaboração da LOA. A LDO também trata da política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, altera a legislação tributária e estabelece critérios para a limitação de empenho, entre outras atribuições.

- A Lei Orçamentária Anual (LOA), por sua vez, estima as receitas e fixa as despesas públicas para um exercício financeiro. É estruturada em três orçamentos: o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das estatais. A LOA é o instrumento que viabiliza a execução das metas estabelecidas no PPA e priorizadas na LDO, constituindo-se no elo entre o planejamento e a ação governamental.

Essas três leis formam o núcleo do sistema de planejamento orçamentário brasileiro, sendo fundamentais para garantir a racionalidade, a transparência e o controle dos gastos públicos, além de assegurar a implementação de políticas públicas coerentes com as necessidades da sociedade.

PLANO PLURIANUAL (PPA)

O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento de médio prazo da administração pública. Ele está previsto no artigo 165, inciso I, da Constituição Federal de 1988, e tem como objetivo estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos.

► Conceito e finalidade

O PPA define os programas governamentais e orienta a elaboração das leis orçamentárias anuais (LDO e LOA). Ele expressa o compromisso do governo com políticas públicas estruturantes e com a busca por resultados efetivos, visando o desenvolvimento social e econômico do país. Sua principal função é garantir que os investimentos e ações do governo sejam planejados com antecedência e executados de forma contínua.



O PROBLEMA DA ESCASSEZ E A NECESSIDADE DE ESCOLHAS

A economia nasce da escassez. Essa é uma das primeiras ideias fundamentais que precisamos compreender ao estudar microeconomia. Quando falamos em escassez, não estamos nos referindo apenas à falta de dinheiro ou de bens materiais.

A escassez é um conceito mais amplo e diz respeito à limitação dos recursos disponíveis frente às necessidades ilimitadas dos indivíduos e da sociedade. É essa escassez que obriga todos nós a fazer escolhas.

► A escassez como ponto de partida da economia

Os recursos são sempre limitados. Isso inclui terra, trabalho, capital, tempo, tecnologia e matérias-primas. Nenhuma sociedade, por mais rica ou desenvolvida que seja, consegue produzir tudo o que seus cidadãos desejam. Por outro lado, os desejos e necessidades humanas são ilimitados — sempre queremos mais conforto, melhores serviços, mais lazer, mais consumo, etc.

Essa realidade cria o dilema central da economia: como alocar recursos escassos para satisfazer o máximo possível das necessidades da população? Diante disso, surgem três grandes questões econômicas que toda sociedade precisa responder:

- O que produzir?
- Como produzir?
- Para quem produzir?

Essas perguntas refletem escolhas fundamentais que afetam diretamente o modo como os recursos serão utilizados.

► Escolhas individuais e escolhas coletivas

As escolhas econômicas não são feitas apenas por governos ou grandes empresas. Cada indivíduo, diariamente, lida com decisões que envolvem escassez. Um estudante precisa decidir se vai dedicar a tarde aos estudos ou ao lazer; uma família decide se vai gastar o orçamento com uma viagem ou com a compra de um eletrodoméstico; um produtor agrícola escolhe entre plantar milho ou soja, dependendo dos preços de mercado e da previsão climática.

Essas decisões, feitas em nível individual, se somam e formam o panorama mais amplo da economia de um país. O conjunto dessas escolhas individuais gera impactos em preços, produção, consumo e distribuição de renda.

► A escassez leva à necessidade de planejamento

Justamente por causa da escassez, torna-se essencial planejar o uso dos recursos. O planejamento pode ocorrer de forma centralizada, como em economias planejadas, ou de forma descentralizada, como nas economias de mercado. Em ambos os casos, o objetivo é o mesmo: tomar decisões sobre alocação de recursos da maneira mais eficiente possível.

Em economias de mercado, como a brasileira, essas escolhas são guiadas principalmente pelos preços e pelos incentivos do sistema de oferta e demanda. O preço de um bem ou serviço serve como sinalizador da sua escassez: quanto mais escasso um produto, maior tende a ser seu preço, o que tende a reduzir a demanda e aumentar a oferta, equilibrando o mercado.



A NECESSIDADE ECONÔMICA DA TRIBUTAÇÃO

A tributação é um dos pilares de sustentação do Estado moderno. Ela permite não apenas o financiamento de serviços públicos essenciais, mas também atua como instrumento de intervenção econômica e de promoção da justiça social. Nesta seção, vamos entender por que a tributação é necessária do ponto de vista econômico e como ela influencia a vida coletiva em uma sociedade organizada.

► O financiamento das atividades estatais

O primeiro e mais evidente motivo econômico para a existência da tributação é o financiamento das atividades do Estado. Governos, em qualquer esfera — federal, estadual ou municipal —, precisam de recursos para manter sua estrutura funcional e oferecer serviços públicos à população.

Entre as principais áreas financiadas com receitas tributárias estão:

- Saúde
- Educação
- Segurança pública
- Infraestrutura (como estradas, saneamento e energia)
- Programas de assistência social

Esses serviços não são prestados de forma gratuita; eles possuem custos que precisam ser cobertos. Como o Estado, diferentemente de uma empresa, não vende produtos ou serviços no mercado, sua principal fonte de receita vem dos tributos.

Sem a arrecadação tributária, o Estado se tornaria incapaz de cumprir suas funções básicas e garantir direitos fundamentais à população.

► A intervenção econômica por meio dos tributos

Além de financiar atividades estatais, a tributação também é usada como um mecanismo de intervenção na economia. Por meio de políticas tributárias, o Estado pode:

- Estimular ou desestimular certos comportamentos econômicos
- Corrigir falhas de mercado
- Incentivar setores estratégicos da economia
- Controlar a inflação e promover o crescimento econômico

Um exemplo prático é a cobrança de tributos mais altos sobre produtos que causam impactos negativos à saúde ou ao meio ambiente, como cigarros e combustíveis fósseis. Esse tipo de intervenção tem como objetivo reduzir o consumo desses bens.

Por outro lado, o governo pode reduzir tributos sobre determinados setores, como tecnologia ou agricultura familiar, para incentivar a produção e estimular a geração de empregos.

Assim, a tributação é uma ferramenta poderosa de política econômica, que permite ao Estado influenciar a dinâmica do mercado sem necessidade de assumir diretamente o controle sobre os meios de produção.



O que é Macroeconomia?

A Macroeconomia é um dos principais ramos da ciência econômica e se dedica ao estudo do funcionamento da economia como um todo. Diferentemente da Microeconomia, que observa o comportamento de unidades individuais (como empresas ou consumidores), a Macroeconomia analisa grandes agregados econômicos, como:

- Produto Interno Bruto (PIB)
- Nível geral de preços (inflação)
- Taxa de desemprego
- Taxa de juros
- Balança comercial
- Taxa de crescimento econômico

Seu objetivo é entender como essas variáveis se comportam ao longo do tempo e como políticas públicas (monetária, fiscal e cambial) podem influenciar positivamente ou negativamente os rumos da economia de um país.

Para isso, ela utiliza instrumentos como modelos teóricos, indicadores estatísticos e sistemas de mensuração, como a Contabilidade Nacional, que vamos detalhar a seguir.

O que é Contabilidade Nacional?

A Contabilidade Nacional é um **sistema estatístico padronizado**, utilizado pelos governos para medir a atividade econômica de um país em determinado período. No Brasil, o órgão responsável por esse sistema é o **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, que segue as normas internacionais do **Sistema de Contas Nacionais (SCN)**, conforme recomendado pela ONU.

Ela serve para responder perguntas como:

- Quanto um país produziu em bens e serviços num período?
- Qual foi a renda gerada para os agentes econômicos?
- Quanto foi consumido, investido ou exportado?

Essa contabilidade registra **todas as transações econômicas relevantes** da economia, permitindo uma **visão ampla e estruturada da atividade econômica nacional**.

Principais Objetivos da Contabilidade Nacional

A Contabilidade Nacional tem várias funções práticas e teóricas. Dentre as principais:

- **Medir o desempenho econômico:** acompanhar se a economia está crescendo, estagnada ou em recessão.
- **Planejar políticas públicas:** com base em dados confiáveis, o governo pode definir ações para controlar a inflação, estimular o crescimento ou reduzir o desemprego.
- **Permitir comparações:** com outros países ou com o próprio país em diferentes momentos históricos.
- **Avaliar distribuição de renda e bem-estar social:** embora o PIB não meça diretamente qualidade de vida, ele é um ponto de partida para diversas análises sociais.

Instrumentos da Contabilidade Nacional

Os instrumentos principais da contabilidade nacional são:

- **Contas do Produto:** mostram o valor total de bens e serviços finais produzidos.



Introdução à Contabilidade Geral

A contabilidade é uma ciência social aplicada que evoluiu ao longo dos séculos, adaptando-se às necessidades crescentes das organizações e da sociedade. Sua origem remonta às civilizações antigas, mas ganhou contornos técnicos mais definidos com o surgimento da obra “Summa de Arithmetica”, de Luca Pacioli, em 1494, considerada o marco da contabilidade moderna.

No contexto atual, a contabilidade exerce papel central na gestão das entidades públicas e privadas, fornecendo informações úteis à tomada de decisão, ao controle do patrimônio e à transparência das operações. Para o concurseiro, entender os fundamentos dessa ciência é essencial para interpretar corretamente os lançamentos contábeis, as demonstrações financeiras e os princípios que regem a prática contábil.

Conceito e Objeto da Contabilidade

A contabilidade pode ser definida como a ciência que estuda, interpreta e registra os fenômenos que afetam o patrimônio das entidades, visando fornecer informações úteis para a gestão, o controle e a tomada de decisões.

Essa definição se baseia no entendimento da contabilidade como um sistema de informação, capaz de captar, processar e relatar dados econômicos e financeiros de uma organização. A técnica contábil envolve os seguintes procedimentos: escrituração, demonstrações contábeis, auditoria, análise de balanços, entre outros.

O objeto da contabilidade é o patrimônio das entidades, compreendido como o conjunto de bens, direitos e obrigações. Esse patrimônio é dinâmico, pois se altera continuamente em função das operações realizadas pelas empresas. A contabilidade acompanha essas mudanças e mensura seus efeitos, assegurando o registro fiel das variações patrimoniais.

Dessa forma, tudo o que modifica o patrimônio da entidade – como compras, vendas, pagamentos, investimentos e captações de recursos – é objeto de estudo da contabilidade.

Objetivos da Contabilidade

Os objetivos da contabilidade são amplos, mas podem ser sintetizados em dois principais:

1. Controlar o patrimônio:

A contabilidade organiza e registra sistematicamente os eventos que afetam os bens, direitos e obrigações da entidade. Com isso, permite que os gestores tenham uma visão clara da situação patrimonial, financeira e econômica da empresa. Isso inclui, por exemplo, o controle de estoques, contas a pagar e a receber, ativos imobilizados e dívidas com terceiros.

2. Fornecer informações para a tomada de decisões:

A contabilidade tem uma função essencial no processo decisório. Por meio das demonstrações contábeis e relatórios gerenciais, os usuários da informação podem avaliar a performance da entidade, identificar riscos, oportunidades e tomar decisões fundamentadas.

Além disso, a contabilidade permite:

- Avaliar a lucratividade da organização;
- Medir o retorno sobre investimentos;
- Atender exigências legais e fiscais;
- Proteger o patrimônio da entidade contra fraudes e erros.



A Ocupação Mineratória – Mineração

Enquanto o século XVII representou etapa de investigação das possibilidades econômicas das regiões goianas, durante a qual o seu território tornou-se conhecido, o século XVIII, em função da expansão da marcha do ouro, foi ele devassado em todos os sentidos, estabelecendo -se a sua efetiva ocupação através da mineração. A primeira região ocupada em Goiás foi a região do Rio Vermelho. Entre 1727 e 1732 surgiram diversos arraiais, além de Santana (posteriormente Vila Boa de Goiás), em consequência das explorações auríferas ou da localização na rota de Minas para Goiás. Em 1736 já havia nas minas de Goiás 10.236 escravos. Nas proximidades de Santana surgiram os arraiais de Anta e Ouro Fino; mais para o Norte, Santa Rita, Guarinos e Água Quente. Na porção Sudeste, Nossa Senhora do Rosário da Meia Ponte (atual Pirenópolis) e Santa Cruz. Outras povoações surgidas na primeira metade do século XVIII foram: Jaraguá, Corumbá e o Arraial dos Couros (atual Formosa), na rota de ligações de Santana e Pirenópolis a Minas Gerais.

Ao longo dos caminhos que demandavam a Bahia, mais ao Norte, na bacia do Tocantins, localizaram-se diversos núcleos populacionais, como São José do Tocantins (Niquelândia), Traíras, Cachoeira, Flores, São Félix, Arraías (TO), Natividade (TO), Chapada (TO) e Muquém. Na década de 1740 a porção mais povoada de Goiás era o Sul, mas a expansão rumo ao norte prosseguia com a implantação dos arraiais do Carmo (TO), Conceição (TO), São Domingos, São José do Duro (TO), Amaro Leite, Cavalcante, Vila de Palma (TO), hoje Paranã, e Pilar de Goiás e Porto Real (TO), atual Porto Nacional, a povoação mais setentrional de Goiás.

O sistema de datas

Era através do sistema de datas que se organizava a exploração do ouro, conforme o ordenamento jurídico da época. Assim que um veio de ouro era descoberto em uma região mineradora, imediatamente, o Superintendente das Minas ordenava que a região fosse medida e dividida em lotes para poder ter início o processo de mineração. Cada lote tinha a medida de 30 x 30 braças (uma braça tem 2,20m), ou seja, aproximadamente 66 x 66m. Estes lotes recebiam a denominação de datas e, cada data, por sua vez, era equivalente a uma lavra de mineração.

As datas se distribuíam da seguinte forma:

- O minerador responsável pelo achado escolhia a primeira data para si. Um funcionário da Real Fazenda (o ministério responsável pela mineração na época) escolhia a segunda data para o rei. O responsável pelo achado tinha o direito de escolher mais uma.
- O rei não tinha interesse em explorar diretamente a sua data e ordenava que ela fosse leiloada entre os mineradores interessados em explorá-la. Quem pagasse mais ficaria com ela. O dinheiro do leilão era enviado a Portugal, como renda pessoal do rei. As demais datas eram distribuídas por sorteio aos mineradores que possuísem um mínimo de doze escravos para poder explorá-las. Cada minerador tinha direito a uma data por vez. Repare que a atividade mineradora era extremamente intensiva em utilização de mão-de-obra. Doze homens trabalhavam junto em um espaço de apenas uma lavra.

O início da mobilidade social

Diferentemente da economia canavieira (cana-de-açúcar) que tinha uma sociedade estamental (no estado em que você nasceu permanece), a sociedade mineradora não era estática. Havia a possibilidade, mesmo que pequena, de mudança de classe social. Foi o início da mobilidade social no Brasil.



Dados estruturados, semiestruturados e não estruturados

Existem três formas de classificar os dados de acordo com sua estrutura¹:

- Dados estruturados;
- Dados semiestruturados;
- Dados não estruturados.



A imagem acima mostra uma diferença visual, sugerindo que os dados estruturados são organizados em um padrão fixo, enquanto os não estruturados seguem uma estrutura rígida. Os semiestruturados ficam entre os extremos: não são estruturados de forma rígida, mas também não são totalmente desestruturados.

Vamos ver agora em detalhes cada classificação de dados e depois os compararemos novamente.

Dados estruturados

Dados estruturados são aqueles organizados e representados com uma estrutura rígida, a qual foi previamente planejada para armazená-los.

Pense em um formulário de cadastro com os campos: nome, e-mail, idade e uma pergunta que admite como resposta sim ou não. O campo nome será um texto, uma sequência de letras com ou sem a presença de espaços em branco, que terá um limite máximo e não poderá conter números ou símbolos. O campo e-mail também terá o padrão textual, mas formado por uma sequência de caracteres (e não só letras, pois admitirá números e alguns símbolos) e terá que ter obrigatoriamente um arroba. Idade é um campo que aceita apenas um número inteiro positivo, enquanto o campo referente a pergunta armazena um valor binário (pense em 1 bit, que pode ser 0 ou 1. Valor 0 para não, 1 para sim). Assim, cada campo possui um padrão bem definido, que representa uma estrutura rígida e um formato previamente projetado para ele.

Os dados de um mesmo cadastro estão relacionados (dizem respeito a mesma pessoa). Em outras palavras, os dados estruturados de um mesmo bloco (registro) possuem uma relação.

Registros ou grupos de dados diferentes (como de pessoas diferentes), possuem diferentes valores, mas utilizam a mesma representação estrutural homogênea para armazenar os dados. Ou seja, possuem mesmo atributos (pense como sinônimo de campos no exemplo acima) e formatos, mas valores diferentes.

¹ <https://universidadedatecnologia.com.br/dados-estruturados-e-nao-estruturados/>



LEI Nº 11.651, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1991

Institui o Código Tributário do Estado de Goiás.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS decreta e eu sanciono a seguinte lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta lei institui o Código Tributário do Estado de Goiás.

LIVRO PRIMEIRO

DOS TRIBUTOS ESTADUAIS

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Art. 3º Os tributos estaduais são os impostos, as taxas, a contribuição de melhoria e a contribuição previdenciária.

Parágrafo único. A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevante para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei ou a destinação legal do produto de sua arrecadação.

Art. 4º Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao sujeito passivo.

Art. 5º São os seguintes os impostos estaduais:

I - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;

II - Imposto sobre a Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCD (Redação conferida pela Lei nº 13.772 - vigência: 01.01.01);

III - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA;

IV - Revogado. (Redação revogada pela Lei nº 12.806 - vigência: 01.01.96)

Art. 6º Taxa é o tributo cobrado em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

§ 1º Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

§ 2º As taxas não podem ter base de cálculo própria de impostos.

Art. 7º Contribuição de melhoria é o tributo cobrado para fazer face ao custo de obras públicas, de que decorram benefícios a proprietários ou detentores de domínio útil de imóveis.

Art. 8º Contribuição previdenciária é o tributo cobrado dos servidores do Estado, para custeio, em benefícios destes, de sistema de previdência e assistência social.

Art. 9º A obrigação tributária é principal ou acessória.



— Estado

Conceito, Elementos e Princípios

Adentrando ao contexto histórico, o conceito de Estado veio a surgir por intermédio do antigo conceito de cidade, da polis grega e da civitas romana. Em meados do século XVI o vocábulo Estado passou a ser utilizado com o significado moderno de força, poder e direito.

O Estado pode ser conceituado como um ente, sujeito de direitos, que possui como elementos: o povo, o território e a soberania. Nos dizeres de Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino (2010, p. 13), “Estado é pessoa jurídica territorial soberana, formada pelos elementos povo, território e governo soberano”.

O Estado como ente, é plenamente capacitado para adquirir direitos e obrigações. Ademais, possui personalidade jurídica própria, tanto no âmbito interno, perante os agentes públicos e os cidadãos, quanto no âmbito internacional, perante outros Estados.

Vejam os alguns conceitos acerca dos três elementos que compõem o Estado:

– **Povo:** Elemento legitima a existência do Estado. Isso ocorre por que é do povo que origina todo o poder representado pelo Estado, conforme dispõe expressamente art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal:

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

O povo se refere ao conjunto de indivíduos que se vincula juridicamente ao Estado, de forma estabilizada.

Entretanto, isso não ocorre com estrangeiros e apátridas, diferentemente da população, que tem sentido demográfico e quantitativo, agregando, por sua vez, todos os que se encontrem sob sua jurisdição territorial, sendo desnecessário haver quaisquer tipos de vínculo jurídico do indivíduo com o poder do Estado.

Com vários sentidos, o termo pode ser usado pela doutrina como sinônimo de nação e, ainda, no sentido de subordinação a uma mesma autoridade política.

No entanto, a titularidade dos direitos políticos é determinada pela nacionalidade, que nada mais é que o vínculo jurídico estabelecido pela Constituição entre os cidadãos e o Estado.

O Direito nos concede o conceito de povo como sendo o conjunto de pessoas que detém o poder, a soberania, conforme já foi explicitado por meio do art. 1º. Parágrafo único da CFB/88 dispondo que “Todo poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

– **Território:** pode ser conceituado como a área na qual o Estado exerce sua soberania. Trata-se da base física ou geográfica de um determinado Estado, seu elemento constitutivo, base delimitada de autoridade, instrumento de poder com vistas a dirigir o grupo social, com tal delimitação que se pode assegurar à eficácia do poder e a estabilidade da ordem.

O território é delimitado pelas fronteiras, que por sua vez, podem ser naturais ou convencionais. O território como elemento do Estado, possui duas funções, sendo uma negativa limitante de fronteiras com a competência da autoridade política, e outra positiva, que fornece ao Estado a base correta de recursos materiais para ação.

Por traçar os limites do poder soberanamente exercido, o território é elemento essencial à existência do Estado, sendo, desta forma, pleno objeto de direitos do Estado, o qual se encontra a serviço do povo e pode usar e dispor dele com poder absoluto e exclusivo, desde que estejam presentes as características essenciais das relações de domínio. O território é formado pelo solo, subsolo, espaço aéreo, águas territoriais e plataforma continental, prolongamento do solo coberto pelo mar.

A Constituição Brasileira atribui ao Conselho de Defesa Nacional, órgão de consulta do presidente da República, competência para “propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!